



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2011
(dos Srs. Duarte Nogueira e Nilson Leitão)

Solicitam seja convocado o Sr. **Fernando Pimentel**, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para prestar esclarecimentos acerca dos valores auferidos a título de consultoria, bem como sobre as relações mantidas com os antigos clientes após a posse como Ministro de Estado.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e art. 24, inciso IV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Sr. **Fernando Pimentel**, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para prestar esclarecimentos acerca dos valores auferidos a título de consultoria, bem como sobre as relações mantidas com os antigos clientes após a posse como Ministro de Estado.

JUSTIFICAÇÃO

Chegaram ao conhecimento público notícias que dão conta de relações incomuns havidas entre o Ministro Fernando Pimentel, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e empresas, depois que deixou a Prefeitura de Belo Horizonte.

O jornal “O Globo”, 4/12/2011, publicou:

“O faturamento de Pimentel

Entre a prefeitura de BH e a Esplanada, petista recebeu R\$2 milhões por consultorias
Thiago Herdy



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel (PT), faturou pelo menos R\$2 milhões com sua empresa de consultoria, a P-21 Consultoria e Projetos Ltda., em 2009 e 2010, entre sua saída da Prefeitura de Belo Horizonte e a chegada ao governo Dilma Rousseff. Os dois principais clientes do então ex-prefeito foram a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e o grupo da construtora mineira Convap. A federação pagou R\$1 milhão por nove meses de consultoria de Pimentel, em 2009, e a construtora, outros R\$514 mil, no ano seguinte.

A consultoria de Pimentel à Fiemg foi contratada quando o presidente da entidade era Robson Andrade, atualmente à frente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e se resumiu, de acordo com o atual presidente da Fiemg, Olavo Machado, a "consultoria econômica e em sustentabilidade". No entanto, dirigentes da própria entidade desconhecem qualquer trabalho realizado pelo ministro.

O serviço à Convap durou de fevereiro a agosto de 2010, época em que Pimentel era um dos coordenadores da campanha de Dilma e viajava o Brasil com a candidata. Após a consultoria, a Convap assinou com a prefeitura do aliado de primeira hora de Pimentel, Márcio Lacerda (PSB), dois contratos que somam R\$95,3 milhões.

Em maio deste ano, ao ser questionado durante viagem a Ipatinga (MG) a respeito das atividades da P-21 Consultoria e Projetos Ltda., já na condição de ministro, o petista não quis dizer quem eram os seus clientes e classificou o rendimento da empresa como "compatível com a atividade dela" e "nada extraordinário".

A Convap contratou Pimentel por meio de outra empresa do grupo que a controla, a Vitória Engenharia, atual Mineração Vitória Ltda., cujo endereço é o mesmo da construtora, em Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Menos de um ano após pagar a última parcela pela consultoria do petista, a Convap foi escolhida no governo Lacerda para tocar obras viárias de implantação do sistema de BRT (Bus Rapid Transit) na Avenida Cristiano Machado, para a Copa do Mundo de 2014 (R\$36,3 milhões), e da Via 210, na região Oeste da capital mineira (R\$59 milhões). As duas obras são em consórcio com a construtora Constran.

Fernando Pimentel deixou a prefeitura há três anos; ainda assim seu grupo permanece no controle da Secretaria municipal de Obras e Infraestrutura no governo Lacerda. A pasta foi responsável pela contratação da Convap e continua nas mãos do engenheiro Murilo Valadares, petista que cuidava da secretaria no governo de Pimentel. De 2000 a 2008, período em que o atual ministro foi prefeito de Belo Horizonte, não há registro de contrato do município com a Convap.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Perguntado se via conflito de interesses na assinatura de contratos de quase R\$100 milhões com uma empresa que tinha como consultor um de seus padrinhos políticos, Valadares disse que não. Ele alegou que os contratos foram assinados por meio de licitação e que, nos dois casos, o consórcio apresentou o menor preço.

"O secretário sempre pautou suas ações pela transparência e pela ética. As licitações seguem os parâmetros legais. Diante da suspeita de quaisquer irregularidades, cabe aos órgãos competentes realizarem suas fiscalizações, bem como à imprensa republicana registrar os fatos e evitar suposições", disse a assessoria de Valadares, por meio de nota oficial.

Procurado por e-mail e pessoalmente para dizer que tipo de consultoria Pimentel prestou à sua empresa por mais de R\$500 mil, o diretor-presidente da Convap, Flávio de Lima Vieira, não deu entrevista. Pelo telefone, repetiu quatro vezes a frase "nada a declarar" e desligou.

Já o atual presidente da Fiemg, Olavo Machado, disse ter pago por "análise, avaliação e aconselhamento sobre aspectos da economia local e mundial", "discussões socioeconômicas com base em experiência técnica, universitária e administrativa", e "dimensionamento de mercados para empresas, aspectos de meio ambiente e sustentabilidade".

Consultoria na Fiemg desconhecida

Em 2009, a Fiemg pagou R\$1 milhão por informações que, em linhas gerais, o ex-prefeito ofereceu de graça pelo menos 13 vezes em palestras para estudantes, políticos e comerciantes locais em viagens por Minas naquele mesmo ano, de acordo com o site "Amigos do Pimentel". O tema era "Perspectivas econômicas e sociais de Minas e do Brasil no atual cenário mundial", e o ex-prefeito viajava para articular sua pré-candidatura ao governo de Minas para o ano seguinte, plano que não se concretizou. No site, há referência a um encontro promovido pela Fiemg, em agosto daquele ano.

Procurado pelo GLOBO para detalhar um pouco mais as atividades da P-21, Machado disse que Pimentel dava "orientação a técnicos e colaboradores para elaboração e desenvolvimento de conteúdos" distribuídos a empresários. No entanto, o presidente do Conselho de Política Econômica Industrial da Fiemg, Lincoln Gonçalves Fernandes, e o gerente de Economia, Guilherme Leão, responsáveis por esse trabalho na entidade, não se lembram da participação do político.

- Pimentel? O Fernando Pimentel, hoje ministro? Não, eu desconheço. Em 2009 eu estava aqui lidando com isso. Aqui na área econômica não teve participação efetiva dele trabalhando como consultor - disse Leão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Nunca participei de qualquer reunião. Estou sabendo dessa consultoria por você - completou Fernandes.

Ainda segundo Olavo Machado, Pimentel também teria participado das discussões embrionárias de sustentabilidade, no contexto do que viria a ser o programa da Fiemg "Minas Sustentável", de incentivo a práticas empresariais ambientalmente corretas.

- Não, neste programa não (teve participação), deve ter sido em outro. Participei desde a concepção até o desenho final do que ele é hoje - afirmou o coordenador do "Minas Sustentável", o engenheiro Flávio Mayrink.

Ministro: serviços foram prestados

Em nota, Pimentel afirma que impostos referentes a consultorias foram recolhidos

BELO HORIZONTE. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, respondeu, por meio da assessoria do ministério, que não exercia cargos públicos quando prestou consultoria. Segundo ele, a empresa P-21 Consultoria e Projetos Ltda. foi aberta em 2009 para prestar consultoria nas áreas de "administração financeira e tributação".

"Os serviços contratados foram prestados e os tributos referentes a eles, recolhidos. A P-21 deixou de prestar serviços a qualquer cliente em novembro de 2010. Pimentel deixou a administração da empresa no fim de 2010, antes, portanto, de assumir o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em janeiro de 2011", afirmou a assessoria em resposta ao GLOBO.

O ministro não respondeu ao questionário enviado a ele pelo jornal na quarta-feira, perguntando detalhes sobre os serviços prestados e solicitando a apresentação dos contratos com os clientes e os planos de trabalho definidos neles. Pimentel não quis explicar como fez para se dividir entre as intensas atividades político-partidárias de 2009 e 2010 e um trabalho que o remunerou em pelo menos R\$2 milhões.

Não quis dizer se ainda classifica como "nada extraordinário" os seus rendimentos nos dois anos. Tampouco quis comentar a contratação de uma de suas clientes pela Prefeitura de Belo Horizonte para a execução de contratos que somam R\$95,3 milhões.

Perguntado sobre os atributos do ex-prefeito considerados pela Fiemg na hora de contratá-lo por R\$1 milhão, o presidente da entidade, Olavo Machado, citou "o conhecimento do tema, reconhecida competência na matéria e capacidade de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

contribuir para os interesses maiores do Sistema Fiemg" do político.

- No caso do economista Fernando Pimentel, certamente contou a experiência como homem público competente com visão empresarial e social. Sua ascensão posterior ao cargo de ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi aplaudida pelos empresários mineiros, pela visão lúcida demonstrada nas diversas oportunidades que teve junto a empresários da Fiemg - disse o empresário, segundo o qual a atuação da entidade é convergente com a direção implantada hoje no ministério, de valorização da indústria local.

Na última quarta-feira, O GLOBO solicitou à Fiemg cópia do contrato com a P-21 e do plano de trabalho previsto. Na ocasião, Machado argumentou que pesquisaria os arquivos e, não havendo cláusulas de confidencialidade e informações de caráter reservado, os poria à disposição. Até a noite de sexta-feira, porém, segundo ele, os documentos ainda não tinham sido localizados no arquivo da Fiemg."

O jornal "O Estado de São Paulo" de 5 de dezembro publicou:

"Suspeita leva presidente a convocar Pimentel
RENATA VERÍSSIMO / BRASÍLIA - O Estado de

S.Paulo

No mesmo dia em que o titular do Trabalho, Carlos Lupi (PDT), sucumbiu às denúncias e pediu demissão, a presidente Dilma Rousseff precisou agir para tentar evitar que a crise chegue também ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Dilma ordenou ontem que o ministro Fernando Pimentel voltasse a Brasília e detalhasse sua atuação como consultor entre 2009 e 2010.

Reportagem publicada ontem pelo jornal O Globo sugere tráfico de influência em licitações da prefeitura de Belo Horizonte e a não prestação de serviços pagos pela Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg). Segundo a reportagem, dirigentes da entidade disseram desconhecer o trabalho realizado pelo ministro.

A pedido da presidente, Pimentel compareceu a seu gabinete para informar sobre o trabalho da sua empresa, a P-21 Consultoria, e os contratos assinados nos últimos dois anos, período em que ficou afastado de cargos públicos. Pimentel deixou a prefeitura de BH no final de 2008 e assumiu o MDIC no início deste ano, com a eleição de Dilma.

'A presidente Dilma pediu que eu agisse com transparência e normalidade porque eu não tenho nada a esconder', disse o ministro. 'Não ferir nenhum preceito ético ou moral. Estou perplexo com tamanho espaço para um assunto privado.'

O ministro afirmou que nos dois anos em que a consultoria funcionou prestou serviço a três empresas. Os contratos, juntos, somaram cerca de R\$ 1,9 milhão. Pimentel garante que a sua atuação foi apenas na área privada. 'Eu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

conheço todas as empresas de Minas Gerais. Esta é a vantagem de eu ter ficado 16 anos na prefeitura de Belo Horizonte', argumentou. Antes de ser prefeito, Pimentel ocupou cargos de primeiro escalão na prefeitura. Ele mostrou documento, assinado em 10 de dezembro de 2010, no qual se afasta da administração da consultoria.

O ministro argumenta também que os rendimentos recebidos no período são compatíveis com cargo de executivo no País. Segundo ele, após o pagamento de tributos e custos da empresa, recebeu em torno de R\$ 1,2 milhão em 24 meses. 'Isso dá cerca de R\$ 50 mil por mês. É uma remuneração compatível com o mercado de executivos.'

Pimentel não quis fazer associações com os serviços prestados por ele e o ex-ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, que deixou o governo depois de denúncia de tráfico de influência para prestar serviços de consultoria. 'Não vou julgar o Palocci. O caso dele é o caso dele. Eu trabalhei, emiti nota fiscal e paguei os tributos', afirmou.

O ministro disse que, se convocado, prestará explicações no Congresso Nacional.

No entanto, se antecipou dizendo que qualquer tese de tráfico de influência no governo Dilma é 'mordaz'. Pimentel é amigo de Dilma desde os tempos do regime militar e participou da campanha eleitoral da presidente. 'Eu nem sabia que ela seria eleita', argumentou."

Como é cediço, a Lei n. 8.429, de 1992 tipifica como ato de improbidade "aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade", nos termos do que dispõe seu art. 9º, VIII.

Ademais, cumpre recordar também que, no período referido nas reportagens, o referido Ministro coordenou a campanha da hoje Presidente Dilma Rousseff e desde 01/01/2011 é titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que trata de assuntos correlatos e com o mesmo setor que assessorou.

Assim, é fundamental esclarecer a relação existente entre o atual Ministro e as instituições acima citadas, tanto no que se refere ao período anterior, quanto no que se refere ao período atual.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 2011.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado **DUARTE NOGUEIRA**
PSDB/SP

Deputado **NILSON LEITÃO**
PSDB/MT